

Formações Imaginárias em Comentários sobre a Aprovação da União Civil Homossexual

Jefferson Voss¹

¹ Pós-Graduação IEL/Unicamp, CNPq
Campinas, SP, 13083-280, Brasil

jeffersonvoss@yahoo.com.br

RESUMO

Esse trabalho objetiva analisar, tomando como referencial teórico a Análise de Discurso de linha francesa (AD), o funcionamento das formações imaginárias em comentários publicados por internautas a respeito de uma notícia sobre a aprovação da união civil homossexual pelo Supremo Tribunal Federal em 05 de maio de 2011. Os comentários permitiram o levantamento de quatro posicionamentos relativamente a tal acontecimento discursivo. Ancorados principalmente em alguns conceitos-chave oferecidos por Michel Pêcheux [1] e Pêcheux e Fuchs [2] nas primeiras épocas da AD, utilizamos um dispositivo teórico básico para a análise desses posicionamentos. Esse dispositivo teórico é formado pelos conceitos de formações imaginárias, condições de produção e formação discursiva.

0 INTRODUÇÃO

Diante do quadro heterogêneo de organização da Análise de Discurso (AD), nos propomos, no presente texto, a retornar às teses basilares de Pêcheux, ignorando, inclusive, suas retificações em textos posteriores a *Semântica e Discurso* [3], para fazer funcionar um dispositivo teórico que parta dos conceitos de formações imaginárias e condições de produção, como estes foram propostos em AAD-69 [1], e incorpore ainda os conceitos de formação discursiva e posição-sujeito. Para tanto, analisaremos as imagens de algumas posições em comentários sobre a aprovação da união civil entre homossexuais.

1 FORMAÇÕES IMAGINÁRIAS E CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

AAD-69 [1], texto aceito como fundador da AD, traz, entre outras coisas, as primeiras definições de Pêcheux para discurso e a caracterização dos conceitos de condições de produção do discurso e formações imaginárias. De fato, criticando a concepção que Saussure dá para a língua como instituição social (que tem uma função e não funcionamento), a tese de Pêcheux é a de que a língua é afetada pelos processos de produção dados numa determinada época, ou seja, é uma instituição que tem um funcionamento. A produção de sentido pela língua, nesse caso, é igualmente afetada pelos processos de produção, tanto que o conceito de discurso, contrapondo-se ao esquema comunicativo de Jakobson, aparece como o de “efeito de sentidos” entre os pontos A e B” – A e B correspondem ao destinatário e destinatário – e Pêcheux complementa: “os elementos A e B designam algo diferente da presença física de organismos humanos individuais”, pois se trata de “lugares determinados na estrutura de uma formação social” (p. 81) [1], ou seja, a produção de sentido na língua é determinada pelas condições sociais de produção, atreladas às lutas de classe.

A tese de Pêcheux [1] é a de que o discurso é parte de um mecanismo em funcionamento. Esse mecanismo deriva de uma ideologia política e corresponde a um lugar em uma dada formação social. Isso para Pêcheux equivale a: “um discurso é sempre pronunciado a partir de condições

de produção dadas” (p. 75) [1]. Note-se que, em AAD-69, os conceitos de lugar em uma formação social e condições de produção são equivalentes: “o deputado na Câmara pode ser interrompido por um adversário que, situado em outro ‘lugar’ (isto é, cujo discurso corresponde a outras condições de produção), tentará atrair o orador para seu terreno, obrigá-lo a responder sobre um assunto escabroso para ele etc.” (p. 77) [1]. A hipótese de Pêcheux é a de que, nos processos discursivos (famílias parafrásticas, efeitos metafóricos etc.), aparecem as representações desses lugares materializadas na língua. As condições de produção designam, então, imagens que A e B atribuem a si próprios, entre si e sobre o que falam nos processos discursivos:

[...] o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si ao *outro*, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. Se assim ocorre, existem nos mecanismos de qualquer formação social regras de projeção, que estabelecem as relações entre as situações (objetivamente definíveis) e as posições (representações dessas situações) (pp.81-2) [1].

O conceito de formações imaginárias (FI) nasce assim ao lado do de condições de produção e diz respeito às imagens ou representações que os elementos A e B fazem de si e do objeto do discurso nos processos discursivos, representações estas que estão atreladas a lugares sociais/ideológicos. Tal conceito, o de FI, é esquematizado pelas seguintes questões que atravessam imaginariamente o processo discursivo: quem sou eu para lhe falar assim? quem é ele para que eu lhe fale assim? quem sou eu para que ele me fale assim? quem é ele para que me fale assim? de que lhe falo assim? de que ele me fala assim? etc.

Sem dúvida, houve riscos nessa primeira tese da teoria do discurso elaborada por Pêcheux. Um dos riscos é o de que o conceito de condições de produção venha a corresponder à situação empírica de enunciação, o momento em que o enunciado é produzido. Outro deles é o de que o conceito de formações imaginárias suscite a impressão de o que sujeito do discurso é livre da ideologia e, por isso mesmo, pode antecipar escolhas e de que as relações de lugar são “jogos de espelhos de papéis interiores a uma instituição” (p. 169) [2]. O que faltou no texto de 1969, dizem Pêcheux e Fuchs [2] em 1975, foi

uma “teoria não subjetiva da constituição do sujeito em sua situação concreta de enunciador” (p. 170). Os textos de 1975 [2] [3] procuram responder a essa falta tratando com cuidado a questão do sujeito do discurso e da posição-sujeito e introduzindo, para tanto, os conceitos de formação discursiva (FD) e interdiscurso.

2 FORMAÇÕES IMAGINÁRIAS E POSIÇÕES SUJEITO

Se retornarmos ao conceito de FI após os textos de 1975, não o podemos fazer ignorando a introdução desses novos conceitos, FD e interdiscurso, para a montagem de um dispositivo teórico. Isso equivale a lembrar do papel do conceito de FD para falar das relações de lugar e das posições-sujeito no interior de um aparelho ideológico e do conceito de interdiscurso enquanto exterior específico das formações discursivas, contendo o não-dito, o silenciado e a zona do rejeitado na interpelação ideológica e funcionando materialmente nos efeitos de pré-construído e discurso transversal. Há, então, uma reconfiguração do conceito de condições de produção. Este passa a equivaler ao contexto mais amplo da luta de classes que caracteriza as formações sociais de uma dada época, enquanto os “lugares” do sujeito serão analisados a partir do conceito de posições-sujeito em relação às FD.

Assim, o conceito de formações imaginárias deve ser pensado ao lado do conceito de formação discursiva e das teses de Pêcheux sobre o funcionamento do sujeito do discurso. A respeito destas últimas, vale lembrar da discussão sobre os dois esquecimentos: um no nível da enunciação e outro no nível da interpelação ideológica. O esquecimento nº 02 é muito importante quando do tratamento do sujeito na enunciação, pois permite discutir o modo como uma língua particular organiza as relações de sentido (entre o já-dito, o não-dito e a zona do rejeitado) e dá impressão da realidade do pensamento: o sentido é o que é. As escolhas lexicais e os aspectos morfossintáticos são os espaços de manobra que fornecem a ilusão de que o sujeito sabe o que diz.

Analisar as formações imaginárias é, nesse sentido, trabalhar com as possibilidades de posição-sujeito no funcionamento de uma ou mais formações discursivas, discutindo as imagens que os sujeitos fazem de si na cena enunciativa e relacionando essas imagens às determinações (o que pode e deve ser dito) dessas formações discursivas e de suas relações de dominância sob determinadas condições ideológicas de reprodução/transformação das relações de produção. Já diagnosticar o funcionamento de uma ou mais FD é mostrar as relações de dominância, antagonismo ou aliança entre essas FD no que se refere ao papel do interdiscurso na regulação dos espaços do dizer e do não-dizer.

3 FORMAÇÕES IMAGINÁRIAS EM COMENTÁRIOS SOBRE A LEGALIZAÇÃO DA UNIÃO HOMOSSEXUAL

A aprovação, pelo Supremo Tribunal Federal brasileiro, da união civil entre homossexuais é, de certa forma, um acontecimento discursivo, na medida em que funciona como marco histórico de produção de memória (ou seja, de outros acontecimentos: fatos que sucedem o acontecimento) [4]. Em torno deste acontecimento, ocorrido no dia 05 de maio de 2011, um grande número de textos foi produzido (notícias, debates, passeatas, comentários etc.), todos fazendo circular discursos a

respeito do tema. Evidentemente, não seria para menos, já que o tema da homossexualidade, tanto nas sociedades ocidentais quanto orientais, sempre foi muito controverso e gerador de polêmicas. No Brasil não é diferente.

Em se tratando de um tema polêmico, é de se esperar que algumas formações ideológicas sejam colocadas em confronto direto, dando vez a algumas formações discursivas e, então, a diversas posições-sujeito. Para falar de formações imaginárias no complexo das formações ideológicas, precisamos justamente entender quais as imagens que os sujeitos fazem de si e de seus interlocutores na polêmica instituída pelas relações desiguais das formações ideológicas.

Procuraremos, a seguir, mostrar esse funcionamento em um *corpus* formado por comentários a respeito de uma notícia que trata desse acontecimento que foi o reconhecimento da união estável entre homossexuais. Publicada em um sítio gospel da rede intitulado *Gospel Mais*, a notícia [5] composta por três parágrafos curtos recebeu mais de 1400 comentários de internautas no período entre 05 e 26 de maio de 2011.

De modo geral, são quatro as principais posições-sujeito que aparecem nos comentários: 1) a do homossexual que luta pelos direitos homossexuais, 2) a do evangélico que discorda da decisão do STF, 3) a do cristão (evangélico ou católico) que concorda com a decisão do STF e 4) a do cidadão (sem marcação de religião ou orientação sexual) que discorda das manifestações evangélicas. Os quatro comentários a seguir ilustram de alguma forma essas posições:

P1 “isso mesmo agradeço a todos que nos ajudaram, a alcançar os nossos direitos..pois tbm temos o direito de amar e ser respeitado assim como qualquer pessoa.. e amo minha esposa e somos uma familia.. muito abençoada..”

P2 “o brasil se tornou mais um antro de promiscuidade com a aprovação do casamento entre pessoas do mesmo sexo, mesmo sabendo que Deus não aprova as pessoas se afundam cada vez mais”

P3 “Sou cristã, mas acho que cada um se veste se expressa, orienta sexualmente como quer. Não temos o direito de interferir nas vidas de homossexuais, alguém já ouviu falar de livre arbítrio? Na bíblia diz que no final será uma desordem e nada há para fazer, se você acha que isto é nojento e que realmente é o final que a Bíblia diz então você sabe que está escrito e nada há para fazer só rezar.”

P4 “muito bem, não somos obrigados a aceitar, porém, temos o dever de respeitar, todo e qualquer forma de desrespeito é no mínimo preconceito...”

Vamos chamar essas posições respectivamente de P1, P2, P3 e P4, a fim de organizar as relações imaginárias de lugar que se estabelecem entre elas. Deter-nos-emos apenas a P2 e P3, já que a análise de todas as posições exigiria um trabalho mais exaustivo. Antes de organizar essas relações imaginárias, contudo, é interessante que comentemos rapidamente a polêmica que se instala nos comentários que compõem o material para análise.

A notícia é curta e bastante objetiva, tratando a respeito da aprovação, pelo STF, da união estável entre homossexuais e da garantia legal de seus direitos civis. O primeiro comentário que aparece para a notícia já culpa a mídia por pressionar o legislativo brasileiro na tomada de decisões. O segundo comentário rebate o primeiro falando que não se trata da mídia pressionando a política, mas a política reconhecendo direitos civis já atestados pela Constituição. Nesses dois primeiros comentários, o

aparelho ideológico da religião já aparece em funcionamento:

(C1) *marcelo* disse: 5 de maio de 2011 às 6:46 pm
com toda mídia pressionando para que isso acontecesse, não achei que seria diferente, visto que o que a mídia (principalmente televisiva) apoia, os nossos políticos e magistrados acabam cedendo por pressão.

No nível espiritual não muda nada, somente no secular.

(C2) *Thiago* disse: 5 de maio de 2011 às 10:19 pm
O Brasil já é considerado um país laico. Não existe nenhuma doutrina religiosa criada por Deus; logo todas têm influência humana. A função de um ministro do STF, não é “ir com a galera” e sim proteger a constituição. A partir do momento que existem direitos maiores nessa, como o da igualdade, não importa a formação religiosa, nem a cor, nem a opinião de quem quer que seja. Num país democrático deve haver espaço para todos, em igualdade, gays, heteros, evangélicos, católicos, espíritas, ateus. Cabe a cada um ter paz no coração naquilo que acredita e respeitar o direito do próximo. Realmente, espiritualmente, a coisa não muda, pois a alma, o espírito não tem sexo.

Em um plano geral, há, nesses dois comentários, um embate entre três aparelhos ideológicos: a religião (com suas leis espirituais), o Estado (com o direito civil) e a mídia (com a massificação cultural). O Estado sofreria, então, determinações do aparelho midiático e rejeitaria as determinações do aparelho religioso.

Os comentários que respondem a esses dois vão se dividindo principalmente entre as quatro posições-sujeito que apresentamos acima. Evidentemente, outras delas aparecem. Essas quatro são as que dominam o *corpus*.

Algumas polêmicas são discutidas: o quanto a religião pode ou não interferir em decisões do Estado; o papel do Estado em proteger sua característica laica e garantir direitos civis a todos indiscriminadamente; os pecados que estão sendo naturalizados pela sociedade ao proteger os direitos dos homossexuais; o modo como o homem está esquecendo a religião em prol de desejos carnis e individuais. P1 comemora a vitória conseguida a partir da decisão do STF e critica P2; P2 lastima a perda de valores e a imoralidade e critica P1, P3 e P4; P3 defende o direito comum e o respeito, trata de conciliar crença religiosa e liberdade de expressão e ataca P2; e P4 aparece tão somente para avançar contra P2.

Como se vê, P2 aparece isolado entre as posições que constam nos comentários. Sua relação com as demais posições é de conflito direto, luta ideológica. A imagem que P2 faz de si mesmo é a do sujeito que possui exclusivamente a verdade e “vai para o céu”. O combate ao homossexualismo (uma das formas de pecado para essa posição e comparado, inclusive, ao aborto) é uma condição para garantir seu lugar ao lado de Deus. Em resposta ao “Quem sou para lhe falar assim?”, P2 responderia: “sou aquele que não queimará no fogo do inferno porque não cometo o pecado do homossexualismo e, além de tudo, o combato”. Seguem alguns exemplos que marcam essa posição:

(C3) “isso tudo é uma grande palhaçada e obra do cramunhão, porque estamos nos fins dos tempos e ele quer cada vez ganhar mais almas e os efeminados que se cuidem, porque a quantidade de coisas ruins que virão não será brinquedo não”

(C4) “Preferiria morar num país fanático religioso do que nessa nação nojentá, imoral, perversa e maldita!”

(C5) “Quando os perdidos estiverem diante de Deus no Trono Branco, não vão poder alegar preconceito ou pedir igualdade,

humildemente vão declará-lo como Senhor, para logo depois serem lançados no inferno onde agonizaram por toda a eternidade, sem fim!”

(C6) “Mas não vai adiantar nada viver com “direitos iguais na Terra”, se na eternidade eles vão ficar agonizando de forma horrenda sem fim, não vai ter salvação! É como se todas as células do seu corpo gritassem de dor, e isso não vai ter fim! Enquanto os fiéis vão ficar gozando de maravilhas jamais contempladas na Terra!”

Esses comentários já mostram uma regularidade nos processos discursivos e suas relações parafrásticas. O sujeito homossexual, por exemplo, é apresentado nos sintagmas “os perdidos”, “os efeminados”, também “o ímpio”, “essa pouca vergonha” ou “depravação”, dando indícios da imagem que P2 faz de P1. Fazendo referência a textos bíblicos (Romanos, 1; Levítico, 20; Gênesis), P2 atesta a verdade de seus enunciados com base na autoridade do aparelho ideológico religioso e de seus principais argumentos em relação à homossexualidade: se trata de desejo carnal do homem e deve ser combatido, Deus criou apenas o macho e a fêmea, logo a homossexualidade vai contra a natureza humana e a vontade de Deus. Essas imagens de P2 em relação a P1 e de P1 em relação a si mesmo são bastante óbvias e incrustadas na sociedade ocidental cristã já há alguns séculos, fazendo parte de toda uma memória social referente ao papel da religião no controle da sexualidade.

P3, por exemplo, é mais interessante. P3 marca uma posição de religioso cristão (católico e evangélico) que concorda com a decisão do STF e defende de certa forma as causas homoafetivas e também suas lutas, mas não no sentido de aceitar a homossexualidade e sim de respeitar sua existência. P3 é o sujeito que julga as atitudes de P1 e sua homossexualidade, assim como o faz P2, mas que luta pelo respeito, demarcando ao mesmo tempo sua posição cristã. Podemos encontrar retomadas parafrásticas dessa posição nos seguintes exemplos:

(C7) “voce nao sabe o que fala, voce vai ser o 1° a agonizar no inferno deixa esse povo ser feliz afinal eles sao pessoa também”

(C8) “pensa que vai pro céu, eu tbm sou evangelico e minha familia tbm, vs pensa q só por ser evangelico vai pro céu, e todos os gays vão queimaar no inferno? tá muito enganado, RELIGIÃO não salva ninguem, o que vale é o coração e a pessoa crer em deus e seguir seus passos”.

(C9) “muito bem, não somos obrigados a aceitar, porém, temos o dever de respeitar, todo e qualquer forma de desrespeito é no mínimo preconceito...”

(C10) “Giuseppe análise sua frase. Está cheia de ódio e amargurar, está querendo impor algo e colocando Deus como um ser punitivo. Se não fizer do jeito que eu quero e mando, vai para o inferno, e aí o que vai ser? Acredito em Deus, mas não consigo ve-lo desse forma!”

Em P3, o argumento de que “Deus não é punitivo” é, à primeira vista, conflitado com “evangélicos também queimarão no fogo do inferno”: se Deus não é punitivo, por que alguém queima no fogo do inferno? Contudo, é regular nos enunciados a instabilidade dos preceitos cristãos ao confrontarem “respeito” e “punição baseada em fé ou crença”. P3 tem uma posição muito menos radical que P2 em relação à homossexualidade. Em resposta à pergunta “Quem sou eu para falar a P1 e P2 o que falo?”, P3 responderia: “Tenho minha fé e sou cristão, por isso mesmo respeito meu semelhante, seja ele heterossexual ou homossexual”. Para P3, P2 é equivocado na leitura dos textos bíblicos e inclusive vai contra os preceitos religiosos

ao alimentar o ódio entre seres humanos diferentes. Mas, ainda assim, P3 se contradiz.

C9, por exemplo, pode ser analisado como um enunciado dividido, no sentido dado por Courtine [6], já que responde a duas injunções historicamente contraditórias. Em “não somos obrigados a aceitar”, há um destaque do tom religioso que atravessa o enunciado, resgatando P2 e as imposições do aparelho religioso na subjetivação. Já em “temos o dever de respeitar”, há uma injunção do aparelho do direito civil cobrando do cidadão o preceito de que todos são iguais perante a lei, logo o dever de respeitar. O mais interessante é que também os textos religiosos aparecem em P3 autorizando sua posição, como os ensinamentos de Cristo em “Ame ao seu próximo como a si mesmo” ou “Amai-vos uns aos outros”.

Os comentários de P3 não podem ser confundidos com alguns comentários de P2 que aparentemente demarcam o respeito para com os homossexuais. Nesses comentários de P2, há contradição manifesta, uma vez que o sujeito argumenta sobre o respeito e amor e ao mesmo tempo não aceita a diferença do outro:

(C11) “Amo a prostituta, o alcoólico, o homossexual e a lésbica, o pedófilo, o criminoso. Amo porque são pessoas, criação de Deus. Amo porque todos nós pecamos. Amo porque amo a Jesus. Quando distribuía a sua mensagem, Ele buscava aqueles que pecavam e não os que estavam livres do pecado, pois só precisa de médico quem está doente.”

Em C11, há ocorrência de P2, uma vez que o sujeito é contra a decisão do STF e não aceita a diversidade sexual. Contudo, P2, nesse caso, se assemelha a P3, no sentido de que *diz* (pelo menos diz) amar seus diferentes. A diferença entre P2 e P3 nesse exemplo é que P3 não procura combater a homossexualidade, enquanto P2 o faz, comparando-a a uma doença que precisa ser curada.

C11 também é sintomático em relação ao funcionamento do interdiscurso, com um caso interessante de metáfora. Em “só precisa de médico quem está doente” há uma retomada parafrástica dos enunciados “o homossexualismo é uma doença” e “o homossexualismo precisa ser curado” (assim como o alcoolismo, a prostituição, a pedofilia e o crime). É um caso típico de articulação metafórica, em que o elemento B (homossexualismo é doença) é reescrito por A (precisa de médico quem está doente). Contudo, o elemento A pode aparecer em outros discursos e para marcar outras posições, dado seu caráter cristalizado.

A imagem que P3 e também P1 e P4 fazem de P2 é do “fanático religioso”; enquanto P1 para P3 é, como acabamos de ver, “doente”. Nos simulacros [7] que P3, P1 e P4 fazem de P2 e que P2 faz de P3, P1 e P4 é colocada em jogo essa questão da (a)normalidade (fanático religioso, gay doente etc.). O traço de “fanático religioso” que caracteriza P2 sob lugar de P3, P1 e P4 é um traço de anormalidade que autoriza a exclusão social de P2. Do mesmo modo, e de forma inversa, o traço “homossexual” (“pervertido”, “depravado”, “perdido”, “efeminado”, “doente” etc.) que caracteriza P1 é o que o torna anormal a partir de P2. Já P3, em relação a esse duo normal *versus* anormal, não é caracterizado por P1 como anormal, já que respeita o sujeito homossexual, mesmo que P3, em alguns enunciados, deixe claro que a homossexualidade é uma anormalidade. Dessa forma, há uma relação de aliança contraditória entre P1 e P3 na tentativa de combater juntos P2. Na relação com P2, P3 também não é caracterizado com traços de anormalidade. O máximo que aparece em P2

é uma acusação de que P3 ou lê erroneamente algumas passagens da Bíblia, ou as ignora.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa análise priorizou o funcionamento de algumas posições em comentários sobre a aprovação da união civil entre homossexuais. No que diz respeito à análise do funcionamento das formações imaginárias, o dispositivo teórico visou a conciliar as imagens que os sujeitos do discurso fazem de si a posições em relação a um objeto do discurso, qual seja, a homossexualidade. Ficou aberta, contudo, a relação dessas posições com FD’s.

Em termos de conclusão provisória, nos encorajamos a dizer que se trata de posições diferentes na relação antagonista entre duas FD’s, uma relacionada ao aparelho ideológico religioso e outra ligada ao aparelho do direito civil. A primeira, FD religiosa, legitima P2 e atravessa o funcionamento de P3. A segunda, FD do direito, legitima P1 e atravessa também o funcionamento de P3 e de P4.

Essa relação de legitimação que autoriza formações discursivas diferentes e antagonistas a atravessar os mesmos enunciados mostra como os laços entre as FD’s podem se diversificar segundo as condições de produção do discurso e as determinações ideológicas existentes num contexto histórico específico. Em um quadro histórico em que cada vez mais se luta a favor das minorias e se cria mecanismos legais que dão visibilidade às mesmas, P3 é resultante de forças contraditórias que se empenham tanto em obedecer aos comandos da religião quanto em respeitar o que impõe o direito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- [1] PÊCHEUX, M. *Análise automática do discurso (AAD-69)*. In: GADET, F; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010. pp. 59-158.
- [2] PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. *A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975)*. In: GADET, F; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010. pp. 159-250.
- [3] PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 4. ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2009
- [4] POSSENTI, S. *Análise do discurso e acontecimento: breve análise de um caso*. In: NAVARRO, P. (Org). **Estudos do Texto e do Discurso**: mapeando conceitos e métodos. São Carlos – SP: Claraluz, 2006. pp. 93-108.
- [5] **STF torna união estável homoafetiva reconhecida pela justiça**. Disponível em: <http://migre.me/6cVKI>. Acesso em 26 maio 2011.
- [6] COURTINE, J-J. **Análise do Discurso Político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EDUFSCar, 2009.
- [7] MAINGUENEAU, D. *A polêmica como interincompreensão*. In: _____. **Gênese dos Discursos**. Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. pp. 99-118.